



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

A POBREZA MEDIEVAL E O PAUPERISMO MODERNO: RESGATE HISTÓRICO

Renata Silva de Assis Gomes¹

Resumo: A partir de um resgate histórico buscaremos entender como a pobreza se caracteriza na sociedade que antecede o capitalismo; e analisaremos as características de cada formação social e sua relação com o desenvolvimento da sociedade e o conseqüente aumento da pobreza. Temos como objetivo identificar o que distingue o pauperismo da era capitalista, da pobreza nas sociedades precedentes.

Palavras-chave: Pobreza, Classes Sociais, Trabalho.

Abstract: From a historical rescue we will seek to understand how poverty is characterized in the society that precedes capitalism; And we will analyze the characteristics of each social formation and its relationship with the development of society and the consequent increase in poverty. We aim to identify what distinguishes the pauperism of the capitalist era from poverty in previous societies.

Keywords: Poverty, Social classes, Work.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho analisaremos a pobreza no desenvolvimento do feudalismo e capitalismo. Desta forma, torna-se necessário compreender a gênese da classe trabalhadora e quais as determinações de cada modo de produção. Para chegar a esta análise, partiremos de um resgate histórico buscando identificar qual a natureza da pobreza e da exploração do trabalho no feudalismo e na transição para o capitalismo. Como se caracteriza a condição de vida dos trabalhadores nos referidos modos de produção e qual sua relação com o desenvolvimento da sociedade e conseqüentemente da desigualdade. Em linhas gerais: no feudalismo, a classe que produz a riqueza é denominada de servos, e estes ocupam parte das terras e produzem tanto para o senhor feudal quanto para si. Os camponeses estão ligados aos senhores feudais através da terra; e a extração do excedente, neste período, se dá por meio de uma relação político-legal de coação. Iremos acompanhar neste trajeto histórico como se deu a transição do feudalismo ao capitalismo e quais foram as conseqüências sociais para os trabalhadores. Buscaremos trazer elementos das condições de vida e trabalho dos trabalhadores no período da Revolução Industrial (séc. XVIII-XIX) e Revolução Francesa (séc. XVIII), para analisarmos se o progresso da sociedade trouxe - e quais

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <renata.assis.silva@hotmail.com>.

foram - os benefícios para a classe que produzia a riqueza. Vejamos o que nos diz Beer (2006, p. 370): “Os homens que realizaram essa transformação e que, assim, multiplicaram até o infinito as possibilidades de produzir riquezas eram, na sua maioria, operários e artesãos”. O capitalismo trouxe consigo o desenvolvimento do comércio, da indústria, mas à medida que a situação econômica melhora os trabalhadores vão perdendo espaço na apropriação da riqueza produzida.

A investigação proposta, tendo por base a teoria social de Marx, foi realizada com base em pesquisa teórica, a partir de uma bibliografia de textos clássicos selecionados. O procedimento basilar da leitura a ser desenvolvida exigirá uma leitura imanente de alguns textos fundamentais e a exposição dos elementos históricos constitutivos dos determinantes da pobreza na sociedade precedente ao capitalismo. Assim, como estudaremos as características das condições de vida e trabalho dos trabalhadores na transição do feudalismo ao capitalismo e o impacto das revoluções burguesas no desenvolvimento da sociedade e nas condições de vida da classe trabalhadora.

DESENVOLVIMENTO

Para entender como se caracterizava a pobreza no feudalismo, buscaremos resgatar alguns elementos constitutivos deste modo de produção. Sabe-se que as transformações da sociedade se dão de maneira distinta em cada região. No presente texto, trataremos especificamente do feudalismo na Europa Ocidental. Segundo Anderson (2007), “o feudalismo caracterizou-se por uma unidade complexa, foi um modo de produção regido pela terra e por uma economia natural”. O camponês está ligado à propriedade feudal por meio de uma específica relação social que expressa as condições de vida do servo no período - “o produtor imediato, estava unido ao meio de produção”. Ou seja, o servo estava ligado à terra, assim como a terra é propriedade do senhor feudal o servo também o é, e o produto de seu trabalho também pertence ao senhor feudal. Mas, o camponês também poderia produzir para si numa parte da propriedade sob condições impostas pelos senhores feudais. Para isso, eles pagavam aluguéis em bens ou dinheiro pelo lote arrendado. Desta forma, podemos ver que o senhor feudal controla a propriedade agrícola, e as diversas maneiras que já utiliza para extrair o excedente da produção. Pois se beneficiam dos lotes arrendados pelos camponeses cobrando aluguéis. De acordo com Anderson (2007, p.144) “o efeito foi um amálgama de exploração econômica e autoridade política. O camponês estava ligado à

jurisdição de seu senhor”. No tocante à organização política do feudalismo, esta dava-se numa "parcelarização da soberania", ou seja, não havia um Estado centralizado.

O primeiro avanço do feudalismo foi o salto que houve na produção do excedente agrícola, devido ao aprimoramento das técnicas de produção. Para Anderson (2007, p.178), “eram precisamente apenas a formação e a consolidação das novas relações sociais de produção que poderiam aplicá-las para o trabalho em uma escala geral”. O simples aprimoramento das técnicas não garantiria o desenvolvimento da sociedade, ou seja, “o progresso econômico da sociedade está estritamente ligado às relações de exploração da força de trabalho”. O senhor feudal era quem manipulava e controlava o processo de produção, como também toda a vida social. O antagonismo entre os proprietários e os produtores é proveniente das sociedades de classes. Assim, os senhores feudais utilizavam da sua posição para controlar a produção e extrair o excedente através da coerção. À medida que se desenvolvia a sociedade e a população crescia com a economia medieval, "o tamanho médio das propriedades camponesas diminuía regularmente por causa da fragmentação, caindo de talvez uns 40 hectares no século IX para uns oito a 12 hectares no século XIII". Esse processo gerou uma diferenciação social entre os camponeses, pois havia os que possuíam alguma parte da terra e os que não possuíam. Resultando num aumento da exploração sobre os camponeses mais pobres, pois os senhores feudais “confiscavam a maior parte dos benefícios do progresso da aldeia, e muitas vezes tendiam a reduzir os camponeses mais pobres à situação de trabalhadores dependentes a seu serviço”. O resultado foi uma forma de luta de classes pela terra, surgindo pressões e reivindicações conflitantes por novas áreas; estas pressões deram vitalidade econômica ao período. De acordo com o autor, essas pressões entre “governantes e governados, entre os senhores militares da sociedade e os produtores diretos abaixo deles”, resultaram para a economia feudal num aumento da produção total (ANDERSON, 2017, p. 181,184).

As cruzadas internacionais foram um dos elementos que contribuiu com a transição do feudalismo para o capitalismo, pois havia uma ligação entre comércio e transporte marítimo que eram a base da economia urbana medieval. Segundo Anderson (2007), a “parcelarização da soberania” é outro elemento que favorece a vitalidade econômica neste período, pois ela permite a “autonomia política das cidades e sua emancipação do controle direto senhorial ou monárquico”. Este processo resulta num progresso econômico das cidades medievais; o autor sinaliza que entre os anos “1150 e 1300 atingiu-se um ponto alto nos campos cultural e material que jamais foi equiparado até muito tempo depois.” (ANDERSON, 2007, p. 190).

Segundo Anderson (2007), cem anos após esse ápice de “progresso econômico” do feudalismo na Europa Ocidental, instaurou-se uma crise por todo o continente. Esta foi provocada por vários fatores, de acordo com o autor, “a diversificação da economia feudal europeia, junto com o crescimento do comércio internacional, havia levado algumas regiões a diminuir a produção do milho, dos cereais à custa de outras (vinhas, linho, lã ou pecuária)”. Em decorrência disto, entre 1315-1316 foi um ano de fome na Europa. As terras começaram a ser abandonadas por causa desta mudança que ocorreu na produção, causando a escassez de alimentos; e os índices de nascimento decaíram. Em algumas regiões os arrendamentos exorbitantes arrancados do campesinato diminuíram os índices de reprodução. A economia urbana, ao mesmo tempo, atingia níveis críticos para seu desenvolvimento. De acordo com Anderson (2007), “das primeiras décadas do século XIV em diante houve uma escassez insidiosa de dinheiro que inevitavelmente afetou as operações bancárias e o comércio”. Outro elemento que influenciou na crise do feudalismo foi a “invasão da Peste Negra vinda da Ásia em 1348” que resultou numa crise da mão-de-obra, pois a Peste Negra destruiu “em torno de um quarto de habitantes da Europa Ocidental”. A consequência desta crise recaiu sobre os camponeses, pois a monarquia sentindo-se ameaçada reage tentando “reforçar as condições servis e fazendo-os pagar pela crise baixando os salários”. (ANDERSON, 2007, p.193-194).

Vimos alguns elementos que foram determinantes na explosão da crise do feudalismo da Europa Ocidental, e sabemos que esta influenciou diretamente a condição de vida dos camponeses. A seguir nos deteremos em dois momentos históricos importantes nesse processo de transição do feudalismo para o capitalismo, a Revolução Inglesa, a Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa que ocorrem no século XVIII.

Segundo Beer (2006), no século XVII, “a Inglaterra tornou-se República, mas conservou a antiga fachada monárquica”. Neste período a indústria encontrava-se na fase de produção a domicílio ou em pequenas oficinas, embora já existissem um número de manufaturas que agrupassem um grande número de artesãos assalariados. Devido à extensão dos mercados e ao aumento geral da procura de produtos manufaturados surgiu a necessidade de alterar radicalmente os antigos métodos de produção e de transporte. “A Inglaterra, antigamente um país agrário, rapidamente tornou-se um país industrial”. No lugar das comunidades aldeãs, surgiram enormes fábricas e centros industriais (BEER, 2006, p.353-54). Segundo Beer (2006), “os homens que realizaram essa transformação e que, assim, multiplicaram até o infinito as possibilidades de produzir riquezas eram, na sua maioria, operários e artesãos”. Desta forma, cada vez mais se agrava o antagonismo entre pobres e ricos,

A miséria dos pobres faz a fortuna dos ricos. Quanto mais a civilização se estende, mais a riqueza se acumula nas mãos dos possuidores. O crescimento da riqueza manifesta-se no aumento da renda agrária, no crescimento das dívidas do Estado – que o colocam na dependência cada vez mais dos financistas – no aumento das empresas industriais e comerciais. E o crescimento da riqueza dá-se paralelamente ao da miséria. As camadas médias, que ainda conseguiam se manter numa situação de relativo desafogo, pauperizam-se cada vez mais. A situação dos pobres piora incessantemente. O crescimento da riqueza aumenta as necessidades dos ricos. Isso determina, necessariamente, maior duração e maior intensificação do trabalho. (BEER, 2006, p.370)

A revolução industrial trouxe um desenvolvimento econômico extenso para a Inglaterra, mas ao mesmo tempo em que se aumentava a produção da riqueza, também aumentava o número de trabalhadores pauperizados. Pois com a inserção da máquina no processo de produção, têm-se o trabalho realizado de maneira mais rápida e não era necessário mais tantos trabalhadores. O que gera mais lucro para o capitalista, e a consequência para a classe trabalhadora é o aumento no número de desempregados. Ainda assim, os que conseguiam trabalho, não viviam em condições muito melhores que os desempregados, pois os salários eram baixos, mal dando para manter os custos básicos de alimentação, vestimentas e moradia.

Vimos como se apresentava a situação dos trabalhadores na Inglaterra (século XVII). Agora passaremos um século adiante, para o contexto da França no século XVIII. Segundo Soboul (1974), a crise do abastecimento dos cereais foi um dos fatores decisivos para a explosão da Revolução, a situação era a seguinte: baixa dos salários e aumento no preço dos cereais, o que fez com que o custo de vida do povo fosse o mais duramente atingido. Pois “o aumento no preço dos cereais resultava no aumento do preço do pão”, que era a principal fonte de alimentação dos camponeses no período, devido ao custo deste que era mais acessível em relação às outras fontes de alimentação, como carne, batata etc. (SOBOUL, 1974, p. 102).

No inverno de 1788 aconteceu na França a crise mais violenta de todos os séculos. Em períodos normais o camponês vivia do que cultivava, mas em períodos de crises ele tinha que pagar mais caro pelo alimento. Esta crise resultou num grande número de desempregados famintos. Segundo Soboul (1974, p.50), “a Revolução não poderia ser bem sucedida, se as massas camponesas permanecessem passivas, já que estas constituíam a maior parte da população”. As crises agravaram as pressões contra os camponeses, o que levou a que se juntassem à burguesia na superação do feudalismo. O progresso técnico, “a modernização da agricultura implicou a destruição das sobrevivências feudais”, como também o “desaparecimento dos direitos coletivos” e o “agravamento da situação dos pobres”.

A miséria ocasionada pela crise do feudalismo, em si, apesar de ter contribuído, não foi a causadora sozinha da Revolução. Segundo Soboul (1974, p.92), ela “mobilizou as massas populares no momento exato em que a burguesia, após um progresso sem precedente, era atingida em seus rendimentos e seu lucro”. A burguesia tirou proveito da situação dos camponeses para derrotar o Velho Regime. Mas para a burguesia o que importava eram os interesses de sua classe. Então, após a revolução eles começam a instituir políticas que só beneficiam o desenvolvimento da produção capitalista e conseqüentemente os proprietários. Vejamos esse elemento que LIS e SOLY (1982) trazem da situação dos camponeses no pós revolução,

Todas as pesquisas regionais mostram que, em 1790, pelo menos a metade da população rural dependia total ou parcialmente do trabalho assalariado e que seu poder aquisitivo havia caído em 25%. É possível que as oportunidades de emprego individuais tenham crescido a longo prazo, e que compensaram a redução dos salários reais, mas esta hipótese otimista, da qual não há evidência, não altera em nenhum sentido o fundo do problema, isto é, o empobrecimento absoluto e relativo da mão de obra rural. (LIS; SOLY, 1982, p.162, tradução nossa).

Ou seja, as transformações que ocorrem para o desenvolvimento da sociedade, beneficiaram a burguesia. Mas a situação dos produtores da riqueza não melhorou. E segundo os autores, mesmo que os trabalhadores tenham começado a ser inseridos na dinâmica de trabalho capitalista, recebendo salários, este não altera a questão crucial do problema, pois a pobreza continuou não só existindo, mas também aumentando cada vez mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nosso texto falando que para entender como era a pobreza no modo de produção feudal precisaríamos levantar algumas características importantes do feudalismo. Assim, sabemos que o período é marcado pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas. Os servos estavam ligados à terra, e trabalhavam nelas para enriquecer os senhores feudais, podendo trabalhar um pouco para si também sob a condição de pagar um aluguel ao senhor feudal. Os senhores feudais usavam sua posição de poder para controlar a produção e extrair o excedente através da coerção. Neste sentido Anderson (2007), ressalta que os primeiros avanços do feudalismo estão associados ao “aprimoramento das técnicas de produção” e a exploração da força de trabalho. Este progresso resultou para os camponeses numa diminuição do tamanho das propriedades e numa diferenciação social entre eles. Aumentando a exploração sobre os “camponeses mais pobres”.

De acordo com Anderson (2007), o progresso econômico feudal teve seu auge durante os anos 1150 e 1330, mas os camponeses não eram beneficiados com esse progresso. Esta “vitalidade econômica” que ocorreu neste período foi ocasionada por vários fatores, tais como a “parcelarização da soberania” e as tensões entre os senhores feudais e os produtores diretos. As consequências deste desenvolvimento econômico recaem sobre os camponeses, pois a nobreza quer cada vez mais se apropriar da riqueza produzida. E quando surgem as crises, desesperada para não perder seu poder, ela ataca cada vez mais os camponeses, aumentando o valor dos impostos e diminuindo os salários. A passagem do feudalismo foi marcada por algumas crises, e assolada por “uma doença que dizimou uma parte da população (Peste Negra)”. Esse período provocou uma crise no abastecimento dos alimentos e insuficiência da mão-de-obra.

Vimos no decorrer do texto que a situação da classe trabalhadora na transição do feudalismo para o capitalismo estava insustentável. A miséria em que se encontravam os trabalhadores foi um fator impulsionador das revoltas camponesas contra a nobreza. Porém, havia outros motivos que fizeram com que essa mudança ocorresse na esfera da política e da economia. Observamos que os trabalhadores se revoltam contra a monarquia devido às condições de miséria em que se encontravam. Segundo Soboul (1974), a burguesia se aproveita da “classe laboriosa” para fazer a Revolução em favor dos seus interesses.

A Inglaterra trouxe com a revolução industrial novas formas de produção e novas formas de exploração da força de trabalho. O elemento novo na história da humanidade é que neste período aumenta-se a capacidade de produzir riquezas. Pois aprimoram-se as técnicas, desenvolve-se o comércio, a indústria, as relações de trabalho complexificam-se. Mas em meio a essas transformações que acontecem com o objetivo de desenvolvimento do capitalismo, os trabalhadores vivem em condições degradantes, recebendo salários que mal supriam suas necessidades básicas de subsistência. E o resultado é uma crescente pauperização da classe trabalhadora.

Portanto, a pobreza medieval difere do pauperismo da era industrial, a começar pelas próprias diferenças na forma de extrair a riqueza. A pobreza medieval se caracteriza pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, desta forma, havia uma baixa produção do excedente. E esse baixo excedente era expropriado pelos senhores feudais. Com a crise do feudalismo acirram-se as tensões entre os senhores feudais e os servos. No período de transição do feudalismo para o capitalismo, os servos estão em condições de vida muito degradantes devido ao ataque direto da nobreza para conseguir se manter no poder. Desta forma, estes se unem à burguesia para derrotar o “Velho Regime” em busca de melhores condições de existência. O desenvolvimento do

capitalismo e das forças produtivas proporcionou uma produção do excedente, que passa a ser apropriado pela classe dominante. O fenômeno da industrialização provocou consequências brutais para a classe trabalhadora, pois nem todos terão acesso imediato ao trabalho na indústria. E assim se faz necessário, para manter a dinâmica do baixo valor dos salários. Desta forma, será gerado muitos trabalhadores ficarão desempregados, devido à inserção das máquinas no processo produtivo. Os trabalhadores que são absorvidos pelas indústrias, também vivem uma situação de pauperização pois recebem salários baixos e o custo de vida se torna cada vez alto. O preço dos alimentos, como exemplo o pão, alimento mais acessível para os trabalhadores se torna cada vez mais caro. Estas são as consequências do processo de desenvolvimento do capitalismo para a classe trabalhadora. Neste sentido o pauperismo da era industrial tem essa particularidade diferente da sociedade precedente, pois com a revolução industrial aumentou-se a capacidade de produção. E em meio à esta abundância, o povo morre de fome. No capitalismo a pobreza é produzida na mesma medida em que se produz riqueza.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

BEER, Max. **História do Socialismo e das Lutas Sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (Segunda e Terceira parte)

SOBOUL, Albert. **História da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

LIS, Catharina; SOLY, Hugo. **Pobreza y capitalismo en la Europa preindustrial (1350-1850)**. Madrid: Akal, 1984.